

Presentes:

Membros do Conselho:

Adalberto Sabino - CORESAN Paranavaí; Aline Fazan Cioni Guimarães - SEJU; Ana Carolina Pedroso de Almeida - IDR-PR; Cristina Klobukoski – SESA; Davi de Abreu Rocha – CORESAN Jacarezinho; Divonzir Manoel dos Santos – PCT's; Doris de Fátima Iastrenski – CORESAN Guarapuava; Edenir Zandoná - SEDEST; Elenita Conegero Pastor Manchope - SETI; Fernanda Pereira Cardoso – CORESAN Cianorte; Flávia Anastácio de Paula – CORESAN Cascavel; Gabriela Magdalena Sartorelli da Silva Margonar – CORESAN Maringá; Jaciara Reis Nogueira Garcia - CORESAN Toledo; Lucimar Souza da Silva - CORESAN Ivaiporã; Marcelo Inácio Stelmach - CORESAN União da Vitória; Márcia Cristina Stolarski - SEAB; Marli Terezinha Dalmolin – CORESAN Laranjeiras do Sul; Michele Cristina Ribeiro – SEDEF; Murilo Wenzel Luiz - SANEPAR; Orlando Ferreira Campos – CORESAN Campo Mourão; Rosangela Mara Slomski Oliveira - SEED/FUNDEPAR; Roseli Pittner - CORESAN Pitanga; Rosemar Ferreira dos Santos – CORESAN Londrina; Sibila Broetto Duque – CORESAN Umuarama; Tatiana Marin – CORESAN Apucarana; Vanderlei José dos Santos – CORESAN Pato Branco.

Outros Participantes: Sidnei Milczuk – CONSEA Cruz Machado; Valéria Piatechaki –SEAB/NR Irati; Carlos Alberto Ferreira – SEAB/NR Apucarana; Maria Regiane Katrucha – Prefeitura de Paulo Frontin; Amanda Brucner Mendes – Cooperativa Contestado/Bituruna; Luciane Lanze – SEAB Pitanga; Jorge Schipanski – SEAB Laranjeiras do Sul; Daniel Vinicius Mussoi – SEAB Guarapuava; Rafael Oliveira – SEAB; Anderson G. Pinto – SEAB Paranavaí; Roseli Holik.

Justificativa de Ausências: Kelly Franco de Lima – Afastamento temporário; Ariane Alves Nunes – Férias.

Pautas:

1. Aprovação de pautas e ata;
2. Pauta com Ministério Público – Dr. Thimotie Aragon Heemann;
3. Apresentação Cartilha Planos municipais/UEL;
4. Palestra: Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) – Valdenir B. Veloso;
5. Apresentação do Projeto HF – Eng. Agrônomo José Eustáquio Pereira;
6. Apresentação Projeto Vale Verde;
7. Apresentação COOAVI – Cruz Machado;
8. Plano Estadual de SAN – Márcia Stolarski;
9. Visita Técnica ao Laticínio Três Gerações; e
10. Visita Técnica Destilaria Doble W.

Memória: Dando início à reunião plenária, a presidente do CONSEA, Roseli Pittner, agradeceu a presença de todos, em especial dos representantes dos conselhos regionais do Paraná. Ressaltou a importância da participação do Conselho na luta pela garantia da segurança alimentar no estado e destacou a adesão dos municípios do Paraná ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), apontando os benefícios dessa integração e o papel de cada integrante do CONSEA Estadual nesse processo. Na sequência, a palavra foi concedida ao Dr. Thimotie Heemann, Promotor do Ministério Público de União da Vitória, que agradeceu a oportunidade e enfatizou o direito à segurança alimentar e nutricional, bem como a relevância das políticas públicas para sua efetivação. Em seguida, o coordenador do CORESAN de União da Vitória, Marcelo Stelmach, cumprimentou os presentes e reforçou a importância das políticas públicas de segurança alimentar, comentando ainda sobre a permanência dos municípios no SISAN. Na continuidade, a chefe do DESAN de Curitiba, Márcia Stolarski, agradeceu a presença dos representantes das CORESANs e ressaltou o avanço do Paraná em relação ao número de municípios que aderiram ao SISAN. Posteriormente, fez uso da palavra o representante do prefeito de União da Vitória, César, que agradeceu a todos e destacou a satisfação ter a plenária sediada no município. Em seguida, Sidnei Cieslak, chefe da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de União da Vitória, cumprimentou as autoridades presentes e reforçou a relevância do encontro. Em seguida, foi iniciada a pauta com a palestra do Doutor Thimotie Heemann, do Ministério Público de União da Vitória, “Direito Humano à Alimentação Adequada”. O palestrante destacou o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na garantia do acesso à alimentação para todos e mencionou quando foi incluído o direito à alimentação adequada na Constituição Federal, por meio de emenda constitucional em 2010. Comentou também sobre a criação da lei que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em 2006 e salientou dois pontos fundamentais para assegurar a alimentação adequada: o monitoramento do índice do mapa da fome e a promoção de uma alimentação saudável e de qualidade, com incentivo à agricultura familiar e respeito aos padrões ambientais. O palestrante enfatizou a necessidade de continuidade e avanço das políticas públicas para a erradicação da insegurança alimentar no Paraná e destacou o número crescente de municípios que aderiram ao SISAN. Ressaltou ainda a importância de que os membros da sociedade e dos conselhos locais levantem questões junto aos promotores do Ministério Público, a fim de verificar o cumprimento das políticas públicas pelos municípios. Encerrando sua fala, o Doutor Thimotie Heemann reforçou que é função do promotor de justiça fiscalizar a efetiva implementação dessas políticas, agradeceu o tempo concedido e finalizou sua apresentação. Em seguida, a representante do DESAN Londrina, Nair Lucia Jung, falou sobre os municípios que aderiram ao SISAN na regional de Londrina e sobre as dificuldades encontradas para orientá-los na elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatou o apoio recebido do colegiado de professores da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que colaborou na realização de oficinas e na produção de materiais orientativos para a construção dos planos. Na sequência, a palavra foi passada para Rose, presidente do CONSEA do município de Tamarana, que destacou que a conclusão do Plano SAN foi possível graças à cartilha elaborada pelas professoras da UEL, expressando agradecimento pelo empenho e dedicação do colegiado. Ato contínuo, as professoras da UEL foram convidadas a falar e iniciaram com a professora Patrícia, que agradeceu a parceria com a SEAB de Londrina e a colaboração nos grupos de pesquisa e extensão da universidade voltados à construção dos Planos SAN. Ela ressaltou que, embora muitos municípios da regional já tivessem aderido ao SISAN, enfrentavam dificuldades na elaboração dos planos, motivo pelo qual as oficinas e encontros realizados foram de grande importância para orientá-los. A professora destacou que, a partir das avaliações feitas, foi possível

identificar as principais dificuldades dos municípios e oferecer apoio direcionado. Mencionou ainda que a média de participação nos três encontros realizados foi de 15 municípios, totalizando cerca de 70 participantes em cada evento. A partir das análises, verificou-se a necessidade de aprimorar a articulação entre os municípios, o que motivou a elaboração da cartilha de orientação, publicada em agosto de 2025. A professora também informou que os trabalhos seguirão com foco na permanência dos municípios no SISAN, no monitoramento dos planos e no acompanhamento de projetos e eventos relacionados à segurança alimentar e nutricional. Enfatizou a importância da parceria entre a SEAB e a UEL e incentivou os municípios a se engajarem nas pautas de SAN, ainda destacando a necessidade de fortalecimento dos conselhos e da ampliação da efetividade das políticas públicas em todo o estado, mencionando a realização de eventos na UEL em 2026 que deverão abranger mais regiões. Finalizando, afirmou que os materiais resultantes das oficinas serão disponibilizados e colocou-se à disposição para esclarecimentos e futuras colaborações. Em seguida, a palavra foi concedida ao secretário-executivo da SEAB, Valdenir Veloso Neto, que ministrou palestra sobre os Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Ele iniciou a apresentação exibindo a quarta edição do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que serve de referência para a elaboração dos planos municipais. Foi mencionado que 359 municípios já aderiram ao SISAN. Também foi apresentado o funcionamento da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná (CAISAN/PR), composta por quatro secretarias: Agricultura, Educação, Saúde e Desenvolvimento Social. Explicou-se que a CAISAN elabora o plano estadual a partir das deliberações da última Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Na sequência, o secretário-executivo detalhou o funcionamento e a composição dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e das CAISAN municipais, destacando que dois terços dos membros do CONSEA devem representar a sociedade civil, incluindo o presidente e o vice-presidente, e abordou as dinâmicas de relação entre CONSEA e CAISAN. O secretário-executivo chamou atenção para os municípios que estão em atraso na entrega do Plano SAN, explicando as implicações quanto à permanência no SISAN. Esclareceu que os municípios que não comprovarem a regulamentação e o funcionamento de seus Conselhos e Câmaras poderão ser descredenciados do sistema, e ressaltou que os promotores de Justiça têm o dever legal de acompanhar o funcionamento desses órgãos, devendo eventuais irregularidades ser comunicadas ao Ministério Público. Reforçou-se que, para permanecerem integrados ao SISAN, os municípios devem manter seus planos vigentes, apresentar decretos de regulamentação e nomeação dos membros do CONSEA e da CAISAN, bem como comprovar a realização de reuniões por meio de atas ou registros formais. Em seguida, o secretário-executivo apresentou um modelo de Plano SAN, destacando o trabalho desenvolvido pelas professoras da UEL, e explicou que o plano se estrutura em três partes centrais: o Marco Conceitual, que apresenta as bases teóricas e metodológicas do plano; o Marco Situacional, que traz o diagnóstico da segurança alimentar e nutricional do município e identifica os órgãos envolvidos; e o Marco Operacional, que define metas, objetivos e linhas de ação de curto, médio e longo prazo, além das parcerias com os governos estadual e federal. Enfatizou-se que as metas devem ser orientadas por diretrizes/eixos e que a parte final do plano deve conter o mecanismo de monitoramento e avaliação da execução das ações no município. Após essa exposição geral, o secretário-executivo aprofundou os detalhes sobre o conteúdo esperado em cada um dos marcos do plano. Foram apresentadas as leis e decretos que servem de embasamento para o Marco Conceitual do Plano SAN. Destacou-se que, no Marco Situacional, devem ser expostos todos os dados e fatores relacionados à segurança alimentar e nutricional dos municípios, incluindo as principais dificuldades identificadas. Recomendou-se a coleta de informações em fontes como o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), o Painel Interativo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a

92 cartilha do Índice de Progresso Social (IPS), além dos sites do Departamento de Economia Rural
93 (DERAL) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Na
94 sequência, esses sites foram apresentados aos membros da plenária, com destaque para os dados que
95 podem subsidiar a elaboração dos Planos Municipais de SAN. Foram mostrados exemplos de metas
96 que podem ser incluídas nos planos, conforme a realidade de cada município, ressaltando-se que cada
97 meta deve estar acompanhada de uma tabela com a linha de base e a projeção dos resultados esperados
98 ao final de cada período de vigência. Também foi explicada a estrutura da tabela de monitoramento,
99 que deve detalhar as ações previstas, suas pertinências, justificativas e formas de mensuração, sendo
100 de responsabilidade das secretarias municipais com Plano SAN em vigência o preenchimento e
101 atualização dessas informações. Em seguida, foram apontados alguns problemas enfrentados pelos
102 municípios, como a necessidade de aprimorar o diálogo entre os órgãos envolvidos, as dificuldades
103 de financiamento intersetorial e os desafios no monitoramento das ações. O secretário-executivo,
104 Valdenir Veloso Neto, encerrou sua participação reforçando que o Plano SAN deve estar publicado
105 na página oficial do município e agradeceu pelo espaço concedido. Em seguida, a palavra foi
106 concedida ao Senhor Clemente, que apresentou uma associação de catadores e recicladores de Porto
107 União e um projeto voltado à destinação final dos resíduos sólidos. Ressaltou-se a importância do
108 descarte correto de vasilhames e embalagens, destacando que o projeto, intitulado “7 Rs”, busca
109 estimular a reflexão sobre a redução do descarte desnecessário de resíduos e o incentivo à reciclagem
110 de materiais. A plenária tomou ciência da apresentação, sem deliberação específica, registrando a
111 importância do tema para futuras discussões. O convidado abriu espaço para perguntas e observações,
112 ocasião em que um participante reiterou a preocupação com o descarte inadequado de materiais em
113 rios e mares, criticando a falta de agilidade do poder público na resolução dessa questão. Na
114 sequência, a palavra foi passada ao engenheiro agrônomo José Eustáquio Pereira, que apresentou o
115 Projeto HF. Foi exibido um vídeo explicativo mostrando que o projeto tem como objetivo garantir
116 que os alimentos produzidos sejam disponibilizados aos comerciantes e consumidores locais com
117 qualidade e segurança alimentar, fortalecendo toda a cadeia produtiva da região fornecedora. O
118 palestrante relatou a origem do projeto e apresentou dados que demonstram o aumento da renda
119 mensal dos participantes. Comentou ainda que o Projeto HF foi reconhecido como um dos cinco
120 melhores do IDR, por contemplar nove dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
121 (ODS). Em seguida, foram apresentados os parceiros que compõem o projeto e exibidos dados
122 complementares do DERAL. O palestrante encerrou sua fala destacando que o projeto engloba 78
123 instituições participantes e passou a palavra para a engenheira agrônoma e professora Sandra, que
124 abordou o Programa Inovar, desenvolvido na região de União da Vitória. A professora apresentou
125 uma projeção do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)
126 indicando que, até 2050, apenas 6% da população do Estado do Paraná deverá residir na zona rural,
127 enfatizando que o trabalho com jovens é essencial para garantir a permanência de trabalhadores no
128 campo. Em sua fala, explicou as metodologias utilizadas pelo projeto, desenvolvido em parceria com
129 outros produtores que aplicam técnicas inovadoras de produção. Foram exibidos fotos e vídeos de
130 cursos e atividades relacionadas ao Programa Inovar para os membros da plenária. Após a
131 explanação, foi aberto espaço para perguntas. A convidada agradeceu pelo espaço concedido e passou
132 a palavra a Tony, especialista do IDR Paraná de São Mateus do Sul e representante do CONSEA do
133 município, que apresentou o Programa Vale Feira. O palestrante explicou que o programa foi criado
134 em 2021 com o objetivo de auxiliar famílias em situação de vulnerabilidade alimentar, por meio da
135 entrega de vales no valor de setenta e cinco reais, que podem ser trocados por produtos agrícolas
136 diretamente com produtores regionais. Destacou que a redução do número de trabalhadores rurais no
137 Paraná é um fator preocupante, pois pode impactar diretamente a continuidade do programa.

138 Informou ainda que são realizadas avaliações semestrais sobre o desempenho da política pública—
139 uma junto aos beneficiários e outra com os produtores — e que foram exibidos depoimentos de ambos
140 os grupos, evidenciando os resultados positivos do projeto. O palestrante também mencionou os
141 reconhecimentos recebidos pela política pública, tanto no âmbito municipal quanto fora dele, e
142 apresentou um vídeo ilustrativo sobre o funcionamento do programa. Por fim, abordou as propostas
143 para o próximo ano, que incluem a publicação de edital de chamamento público para o
144 credenciamento de novos beneficiários e produtores, a aquisição de equipamentos e insumos para os
145 feirantes cadastrados e o aumento do prazo de participação das famílias no programa. Encerrada sua
146 fala, foi aberto espaço para perguntas. Os conselheiros manifestaram apoio à continuidade do
147 programa e destacaram a importância de sua ampliação para outros municípios. Em seguida, a
148 presidente Roseli Pittner introduziu a pauta referente à Cooperativa Agroecológica Vale do Iguaçu
149 (COOAVI) e passou a palavra à nutricionista e engenheira civil Célia, que também atua como
150 secretária da cooperativa. A palestrante explicou que a COOAVI foi fundada em 2009 com o objetivo
151 de atender à demanda de programas de merenda escolar por meio da produção orgânica. Célia
152 apresentou alguns dos produtos comercializados pela cooperativa e os municípios atendidos,
153 destacando o apoio do IDR Paraná às atividades desenvolvidas. Comentou ainda sobre a formação de
154 uma equipe de assistência técnica gratuita, destinada a auxiliar os municípios parceiros no
155 atendimento e na ampliação das ações da cooperativa. A convidada mostrou aos membros da plenária
156 alguns alimentos orgânicos distribuídos pela COOAVI e apresentou os equipamentos utilizados nas
157 operações. Informou que os alimentos são fornecidos semanalmente a oito projetos diferentes, com
158 uma média de cinco a oito mil quilos por semana. Em sua fala, mencionou também o Programa
159 Compra Direta, em parceria com a SEAB, e destacou as ações sociais realizadas pela cooperativa ao
160 longo dos anos. Explicou que os alimentos excedentes são doados a instituições de solidariedade
161 social. Encerrando sua apresentação, Célia agradeceu pelo espaço concedido e colocou-se à
162 disposição para dúvidas e esclarecimentos. Em seguida, a chefe do DESAN, Márcia Stolarski, tomou
163 a palavra para falar sobre o Plano Estadual de SAN. Comentou sobre a 6ª Conferência Nacional de
164 Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), realizada em 2023, e destacou que, a partir dela e das
165 atribuições da CAISAN, foi possível elaborar o Plano Estadual. Explicou que o plano é estruturado
166 em nove eixos — proteção ambiental; estruturação e fortalecimento da agricultura familiar; produção
167 de alimentos, inclusão produtiva e geração de renda; políticas públicas de abastecimento; implantação
168 e manutenção de equipamentos públicos de SAN; prevenção de agravos relacionados à alimentação;
169 medidas regulatórias em segurança alimentar; educação alimentar e nutricional; e fortalecimento do
170 SISAN —, abordando também os respectivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de cada um.
171 Comentou sobre a possibilidade de que até 2030 não se alcance 100% de alimentação orgânica e
172 mencionou a ideia da criação de um “selo de boas práticas” para contemplar agricultores em futuras
173 chamadas públicas. Relatou a existência de diversos programas e melhorias previstos no plano, bem
174 como suas metas, e ressaltou que o documento contempla projetos apoiados pela SEAB desde 2018,
175 como o Cozinha Solidária, o Sacolão, as Hortas Urbanas e o Banco de Alimentos Central. Informou
176 que todos os municípios são elegíveis a participar desses programas, com exceção do Restaurante
177 Popular, por se tratar de um programa de alto custo, e afirmou que todos os programas têm como
178 objetivo melhorar o acesso da população à alimentação. Uma membra da plenária questionou sobre
179 os convênios que não possuem contrapartida nos municípios contemplados pelo programa Rota do
180 Progresso, e, em seguida, foram apresentadas outras metas do plano e o andamento delas no momento
181 atual. Na sequência, a convidada Cristina explicou os marcadores de consumo alimentar incluídos no
182 plano, que identificam o índice de grupos familiares em situação de insegurança alimentar em
183 determinados municípios. Posteriormente, a conselheira Rosângela fez um adendo sobre a quantidade

184 de carnes vermelhas enviadas às escolas, explicando que há um problema de abastecimento devido à
185 falta de fornecedores, e informou sobre a previsão de um novo edital de chamada pública para
186 licitação de novas empresas. A chefe do CONSEA prosseguiu citando outras metas do Plano Estadual
187 de SAN e comentou que não haverá concurso para contratação de novas merendeiras neste ano, pois
188 já foram realizadas oficinas e cursos de capacitação pelo Estado em parceria com o SENAC, ficando
189 um possível concurso para o ano seguinte. Encerrando sua fala, Márcia leu um trecho das
190 considerações finais do Plano SAN e agradeceu à plenária pela atenção. Em seguida, a conselheira
191 Gabriela fez um apelo sobre um projeto da Itaipu Binacional, que realizou um diagnóstico em
192 quarenta e sete municípios e identificou situação de insegurança alimentar gravíssima entre catadores.
193 Dando continuidade, a chefe do DESAN repassou informes do departamento referentes ao programa
194 Compra Direta, informando que será intensificada a cobrança sobre as execuções das cooperativas, e
195 destacou que o departamento trabalha para que, em 2027, não haja nova chamada pública de entidades
196 beneficiadas, mas sim um aditivo contratual com as atuais. Sobre o Programa Leite para Crianças,
197 Márcia informou que haverá novos contratos para o próximo ano e mencionou também o
198 planejamento de uma campanha de conscientização sobre alimentação saudável. Também comunicou
199 a provável realização, em outubro, de uma audiência pública relacionada ao plano de orgânicos na
200 alimentação escolar, explicando os motivos que justificam sua realização. Em seguida, o conselheiro
201 Orlando reforçou a importância de o Estado apoiar e incentivar os pequenos produtores do Paraná.
202 Por fim, a chefe do DESAN encerrou informando sobre um encontro do SISAN promovido pelo
203 Governo Federal em Curitiba, comprometendo-se a repassar mais informações conforme o evento se
204 aproxime. Na sequência, o secretário-executivo Valdenir Veloso Neto entregou aos membros das
205 CORESANs os documentos contendo a relação dos municípios de cada regional que responderam ao
206 formulário de permanência no SISAN, solicitando que os municípios pendentes realizem o
207 preenchimento o quanto antes, a fim de evitar notificações. Reforçou, ainda, que os municípios já
208 aderidos devem publicar o Plano SAN, caso ainda não o tenham feito. Lembrou aos conselheiros a
209 importância da presença nas plenárias, ressaltando que as ausências injustificadas podem resultar no
210 desligamento do CONSEA Estadual, sendo aceitas como justificativas apenas atestados médicos ou
211 de óbito. Em seguida, foi aprovada a ata da plenária anterior. Na continuidade, os conselheiros
212 Jaciara, Murilo e Elenita apresentaram um resumo sobre a proposta de criação de uma Câmara de
213 Internacionalização dos trabalhos realizados pelo CONSEA no Estado do Paraná. O conselheiro
214 Murilo destacou que a iniciativa tem como objetivo promover a pesquisa e a produção de
215 conhecimento. Foram expostos temas já trabalhados pelo CONSEA, como a agricultura familiar, e
216 discutida a importância da articulação entre o conselho e os governos estadual, federal e municipais,
217 bem como as possibilidades de aprimoramento dessa relação por meio da nova câmara temática. O
218 conselheiro também comentou sobre os resultados esperados com a criação da câmara. A conselheira
219 Elenita ressaltou a relevância da participação da SETI, especialmente na formalização de parcerias
220 com as universidades, e reafirmou seu compromisso em atuar como mediadora na comunicação entre
221 a câmara e a SETI. Na sequência, foi exibido aos membros da plenária um vídeo com a fala do Diretor
222 de Meio Ambiente da SANEPAR, reforçando a importância da criação da câmara temática. Após a
223 explanação, a proposta foi aprovada por unanimidade pelos presentes, sendo encaminhada à
224 Secretaria Executiva para os devidos registros. Em seguida, a chefe do DESAN, Márcia Stolarski,
225 apresentou ao Conselho as entidades que serão atendidas pelo PAA, para fins de validação.
226 Posteriormente, a palavra foi passada à presidente do CONSEA, que destacou a necessidade de a
227 Câmara de Políticas Públicas redigir uma minuta referente às questões apresentadas pelo Projeto HF,
228 a ser encaminhada ao secretário-executivo. A presidente também comentou sobre temas relacionados
229 ao CONSEA Nacional e ressaltou a importância da participação ativa dos membros do conselho



Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná

Ata da 5ª Reunião Ordinária

Curitiba, 11 e 12 de setembro de 2025.



230 estadual nas discussões de âmbito federal, bem como a necessidade do engajamento de todos nas
231 próximas plenárias. Ao final, agradeceu a presença e a colaboração de todos os participantes e, tendo
232 sido concluídas as pautas, declarou encerrada a reunião.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB